

HENRIQUE CUNHA SOUZA LIMA

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET

Efetividade e Perspectivas

De acordo com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e
a Lei nº 13.853/2019

Prefácio

Leonardo Parentoni

Área específica da obra
Direito Civil

Áreas afins do livro
Direito e Tecnologia, Direito Constitucional,
Direito Empresarial e Direito Processual Civil.

Público-alvo/consumidores da obra
Advogados e estudantes com interesse na
interface do Direito com novas tecnologias

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001745

HENRIQUE CUNHA SOUZA LIMA

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET

EFETIVIDADE E PERSPECTIVAS

De acordo com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 13.853/2019



PREFÁCIO
LEONARDO PARENTONI

FORUM

Os contornos do direito ao esquecimento vêm sendo delineados pela doutrina e pela jurisprudência há anos, no Brasil e no mundo. Com o advento da internet, contudo, o instituto sofreu profundos impactos, na medida em que a rede permite o registro de um número quase infinito de informações, a um custo muito baixo. O esquecer humano – que era a regra na história da humanidade – passou a ser a exceção, com todo e qualquer tipo de evento cotidiano podendo ser eternizado. As polêmicas que cercam o assunto foram reforçadas com a edição do Marco Civil da Internet, do GDRP Europeu e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Fica, assim, convidado o leitor à presente obra, que se propõe não apenas a trazer abordagem tecnicamente profunda sobre o tema, mas também a apresentar os aspectos práticos necessários à efetividade do direito ao esquecimento no Brasil, desde considerações processuais acerca da tutela até os limites e efeitos causados pela arquitetura da internet.

L732d Lima, Henrique Cunha Souza

Direito ao esquecimento na internet: efetividade e perspectivas — de acordo com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 13.853/2019 / Henrique Cunha Souza Lima.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

244p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-85-450-0766-1

1. Direito Civil. 2. Tecnologia. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Empresarial. 5. Direito Processual Civil. I. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Henrique Cunha Souza. *Direito ao esquecimento na internet: efetividade e perspectivas — de acordo com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 13.853/2019*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 244p. ISBN 978-85-450-0766-1.

Henrique Cunha Souza Lima

Mestre em Direito Empresarial pela UFMG. Graduado em Direito pela UFMG, com formação complementar pela University of Leeds, UK (módulos da graduação e do L.L.M.). Professor da Pós-Graduação em Direito Digital, Gestão da Inovação e Propriedade Intelectual do IEC PUC Minas, da Pós-Graduação em Direito e Inteligência Artificial da SKEMA Business School, e da Pós-Graduação em Direito e Tecnologia da Faculdade Arnaldo. Advogado.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
LEONARDO PARENTONI.....	13
INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	17
CAPÍTULO 1	
PANORAMA GERAL DO DIREITO AO ESQUECIMENTO.....	25
1.1 Breve histórico: o direito ao esquecimento antes do advento da Internet.....	25
1.2 Como a internet modifica o direito ao esquecimento.....	28
CAPÍTULO 2	
DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET SEGUNDO O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	37
2.1 Considerações preliminares.....	37
2.2 Legislação esparsa e <i>habeas data</i>	39
2.3 A posição dos Tribunais Superiores.....	41
2.4 O marco civil da internet.....	51
2.5 Pontos em aberto e LGPD.....	60
CAPÍTULO 3	
DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET NO DIREITO ESTRANGEIRO.....	67
3.1 Direito ao esquecimento na União Europeia.....	67
3.1.1 Marcos históricos.....	67
3.1.2 <i>Leading Case</i> Mario Costeja González.....	76
3.1.3 Postura do Google desde então.....	84
3.1.4 Regulação atual (<i>General Data Protection Regulation</i>).....	88
3.2 <i>The right to be forgotten</i> nos Estados Unidos.....	97
3.3 Direito ao esquecimento na Argentina.....	104
CAPÍTULO 4	
A EFETIVIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL.....	109
4.1 Afinal, o que é o direito ao esquecimento na internet?.....	109
4.1.1 Objeto do direito ao esquecimento.....	109
4.1.2 Natureza jurídica e fundamentos.....	118
4.1.3 Formato: Direito ao esquecimento <i>stricto sensu</i> x direito à desindexação ou à “de-listagem”.....	124
4.2 O direito ao esquecimento na internet é necessário?.....	134
4.3 Tutela processual do direito ao esquecimento na internet: a resposta é suficiente?.....	140
4.3.1 Visão geral e procedimento.....	141
4.3.2 Legitimidade ativa.....	146
4.3.3 Legitimidade passiva.....	151
4.3.4 Titularidade por pessoas jurídicas.....	162
4.3.5 Pedidos.....	169
4.3.6 Prazos.....	171
4.3.7 Conhecendo os riscos do <i>Streisand Effect</i>	171

CAPÍTULO 5

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET EM PERSPECTIVA.....	175
5.1 Direito ao esquecimento e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	175
5.1.1 Projetos de Lei do Senado nº 330/2013 e nº 181/2014	176
5.1.2 Projeto de Lei nº 7.881/2014	178
5.1.3 Projetos de Lei nº 1.589/2015, nº 1.676/2015 e nº 2.712/2015	180
5.1.4 Projeto de Lei nº 5.276/2016	186
5.1.5 Projeto de Lei nº 8.443/2017	189
5.1.6 LGPD e Projeto de Lei nº 4.060/2012	194
5.2 A (im)possibilidade fática de um direito ao esquecimento na internet: <i>Blockchain, big data e deep web</i>	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONDERAÇÕES PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA	209
REFERÊNCIAS.....	221